



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

2500000314 _SA_50APC2025

Concerto “Camões na Eternidade do Tempo” – Contratação da Temporada

Darcos

CADERNO DE ENCARGOS

Índice	
CAPÍTULO I - Disposições Gerais	3
Cláusula 1.ª - Objeto Contratual	3
Cláusula 2.ª - Contrato	3
Cláusula 3.ª - Duração do contrato	4
Cláusula 4.ª - Gestor do Contrato	4
Cláusula 5.ª - Resolução do contrato	4
CAPÍTULO II - Estipulações Contratuais	4
Cláusula 6.ª - Obrigações do adjudicatário	4
Cláusula 7.ª - Preço e condições de pagamento	5
Cláusula 8.ª - Penalidades contratuais	5
Cláusula 9.ª - Atos e direitos de terceiros	6
Cláusula 10.ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	6
Cláusula 11.ª – Trabalhadores afetos à prestação de serviços	6
CAPÍTULO III - Disposições finais	6
Cláusula 12.ª - Comunicações e notificações	6
Cláusula 13.ª - Contagem dos prazos	7
Cláusula 14.ª - Foro competente	7
CAPÍTULO IV - Especificações técnicas	7
Cláusula 15.ª - Características técnicas	7

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Cláusula 1.ª - Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos estabelece as condições técnicas e jurídicas a incluir no contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário tendo por objeto a prestação de serviços - Concerto "Camões na Eternidade do Tempo" - Contratação da Temporada Darcos.
2. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Convite e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da prestação objeto e que serão incluídos no contrato a celebrar.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. No âmbito da programação "Música na Universidade" teremos no dia 9 de maio, no Auditório do Pavilhão de Portugal, o concerto "Camões na Eternidade do Tempo". Desta forma, verifica-se a necessidade de contratação da "Temporada Darcos" para a realização deste concerto, pela originalidade dos arranjos musicais do repertório selecionado, sendo estes da autoria do maestro desta associação, o também compositor Côrte-Real. Este é um espetáculo único, que apenas a Associação Darcos pode fornecer.
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos e face ao preço base do presente procedimento entende-se que não seja obrigatória a fundamentação para a não divisão em lotes.
3. O contrato a celebrar será composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).
4. Para além dos elementos referidos pelo número anterior, o contrato a celebrar integra ainda:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe.

Cláusula 3.ª - Duração do contrato

1. O contrato a celebrar manter-se-á em vigor pelo período compreendido entre a data da sua assinatura e o dia 9 de maio de 2025, dia da realização do concerto, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, incluindo as de confidencialidade e de garantia.
2. Ambas as partes de obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

Cláusula 4.ª - Gestor do Contrato

1. Para o acompanhamento permanente e para a garantia da boa execução do contrato é designado um gestor do contrato.
2. O gestor detetará os desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, identificando e propondo medidas corretivas que se revelem adequadas, ao órgão competente para a decisão de contratar.

Cláusula 5.ª - Resolução do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Caso se verifique que o adjudicatário não afete à prestação do serviço objeto do contrato, os recursos necessários e identificados na sua proposta, bem como não dê cumprimento aos prazos definidos no caderno de encargos, a entidade adjudicante procederá à resolução imediata do contrato, sem obrigação de pagamento de qualquer indemnização.

CAPÍTULO II - Estipulações Contratuais

Cláusula 6.ª - Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário as seguintes obrigações principais para com a entidade adjudicante:
 - a) Prestação de serviços - Concerto "Camões na Eternidade do Tempo" - Contratação da Temporada Darcos conforme as especificações técnicas descritas no Anexo A do presente caderno de encargos;

- b) Prestação de serviços - Concerto "Camões na Eternidade do Tempo" - Contratação da Temporada Darcos nos prazos estabelecidos no presente caderno de encargos;
 - c) Prestação de forma correta das informações referentes às condições em que é prestado o serviço, assim como a prestação de todos os esclarecimentos que possam ser solicitados;
 - d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do contrato e que altere designadamente, a denominação social ou os seus representantes legais.
2. A entidade adjudicante monitorizará em contínuo a prestação dos serviços, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, legal e contratualmente definidos.

Cláusula 7.ª - Preço e condições de pagamento

1. O preço base é de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros), isento de IVA ao abrigo do artigo 9.º do CIVA, e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o valor constante da fatura enviada após a prestação dos serviços, relativas aos serviços executados.
3. A quantia a pagar pela entidade adjudicante deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a data de receção pela mesma da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(is) só pode(m) ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva.
4. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
5. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro dos prazos contratual e legalmente previstos, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Cláusula 8.ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de pena pecuniária, por cada incumprimento registado,

e em função da respetiva gravidade, de valor a fixar entre 1‰ (um por mil) e 5‰ (cinco por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA.

2. No caso de incumprimento do prazo fixado para a prestação dos serviços, por causa imputável ao adjudicatário, poderá a entidade adjudicante exigir 1‰ (um por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA, por cada dia de atraso.

Cláusula 9.ª - Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o adjudicatário sofra atrasos na execução de todas as prestações objeto do contrato em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, a ULisboa, a fim da mesma ficar habilitada a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de todas as prestações objeto do contrato a executar pelo adjudicatário serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o adjudicatário, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início da execução em causa, ou no decorrer desta, esse facto à ULisboa para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias.

Cláusula 10.ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

Não é permitida a Cessão da posição contratual e a subcontratação por aplicação do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 317º do CCP.

Cláusula 11.ª – Trabalhadores afetos à prestação de serviços

Nos termos definidos no n.º 13 do art.º 42.º do Código dos Contratos Públicos o adjudicatário tem obrigatoriedade de cumprimento com o estatuído no art.º 419.º A.

CAPÍTULO III - Disposições finais

Cláusula 12.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 13.ª - Contagem dos prazos

1. A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo, por remissão das disposições aplicáveis.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

Cláusula 14.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO IV - Especificações técnicas

Cláusula 15.ª - Características técnicas

As características técnicas para o presente procedimento são as constantes do Anexo A – Especificações Técnicas

PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

2500000314 _SA_50APC2025

Concerto “Camões na Eternidade do Tempo” – Contratação da Temporada Darcos

ANEXO A DO CADERNO DE ENCARGOS

1. Pretende-se contratar uma prestação de serviços à Associação Darcos que deverá comprometer-se a realizar o concerto *Camões na Eternidade do Tempo* no dia 9 de maio de 2025, às 21h00 no Pavilhão de Portugal.
2. A Associação Darcos deverá também comprometer-se ainda a cumprir o seguinte programa:
 - i. **N. Côrte-Real**
Se misericórdia e amor não vos atara, poema inédito de Luis de Camões descoberto por Nuno Júdice
 - ii. **N. Côrte-Real / J. Dowland**
Time Stands Still
3. A Universidade de Lisboa compromete-se a:
 - a) regularizar eventuais direitos autorais, referentes ao reportório a interpretar pela ASSOCIAÇÃO DARCOS, junto da Sociedade Portuguesa de Autores;
 - b) garantir todas as necessidades técnicas audiovisuais, necessárias à realização do concerto;
 - c) realizar a mera comunicação prévia do espetáculo;
 - d) assegurar equipa de frente de sala e acolhimento de público.